



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 261/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1872/2012 (26 Vols.)

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização de Trânsito – MANAUSTRANS.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. Walter Rodrigues da Cruz Junior, Diretor-Presidente da MANAUSTRANS, exercício 2011.

6- Unidade Técnica: DICAL-MA – Informação nº133/2013 (fls. 5012/5018).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 1468/2013-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 5019/5027).

8- Relatora: Auditora Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: *Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização de Trânsito – MANAUSTRANS. Exercício de 2011.*

Contas Regulares com ressalvas. Maior observância às normas da Lei nº 8.666/93.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto da Excelentíssima Senhora Auditora-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização de Trânsito de Manaus- MANAUSTRAS, exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr. Walter Rodrigues Cruz Junior, ex Diretor Presidente do Órgão, com fulcro no art. 22, II, b, da Lei nº 2.423/96 c/c o art 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2- Observar com maior atenção e cumpra as determinações da lei 8.666/93, no que se refere à formalização dos contratos de locação de imóveis, realize os estudos técnicos com a finalidade de comprovar efetivamente as vantagens da locações de veículos e proceda de forma mais planejada as contratações de fornecimento de lanches para os agentes de trânsito que estavam na escala de plantão nos eventos de grandes proporções no Município.

10- Ata: 50ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2013.



ACÓRDÃO Nº 261/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Auditora-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral